

DESAFIOS DO ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Leny de Oliveira¹

Zenilda Barbosa²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender como ocorre o processo de ensino aprendizagem da criança com autismo na educação infantil. O autismo é classificado como um dos “Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)”, é descrito como um espectro, pois as características podem variar do leve ao mais severo, comprometendo o desenvolvimento normal do indivíduo, afetando a interação social, a comunicação e o comportamento, essa dificuldade faz com que as crianças com autismo, sejam bastante limitadas em todo o processo de ensino aprendizagem. A legislação brasileira garante a toda criança, o direito à educação e está prevista sua inclusão de ser matriculado e permanência na rede regular de ensino, há um aumento expressivo de alunos com o Transtorno de Espectro Autista (TEA) nas escolas. A inclusão é um processo complexo e demorado, não basta que a escola se organize apenas em sua estrutura física, faz-se necessário fazer adaptações na metodologia específica, na didática, na pedagógica, no currículo, além de formar e capacitar os docentes e os profissionais de apoio na educação especial. Sabemos que tem sido um grande desafio tanto para o profissional da educação quanto para o educando com autismo no seu processo de escolarização, pois a falta de conhecimento da síndrome e de metodologias adequadas para o ensino deste aluno tem feito com que a aprendizagem seja comprometida. Dessa forma verifica-se uma grande lacuna no processo de ensino aprendizagem da criança com autismo na educação pela falta de conhecimento de métodos específicos que o professor poderia colocar em sua prática, mediando e apoiando a aprendizagem desse aluno autista. A família tem sido parte fundamental nesse processo, pois a participação dos familiares na vida escolar da criança contribui para que o ensino aprendizagem aconteça de forma expressiva.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Educação Infantil.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Pedagogia, da Faculdade Multivix Cariacica - ES, como parte dos requisitos para obtenção da Graduação na área de Pedagogia.

¹ Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Multivix Cariacica - ES. E-mail< lenyol@hotmail.com>

² Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade Multivix Cariacica - ES. E-mail< zealeluia@hotmail.com>

Professora Orientadora da Faculdade Multivix Cariacica – ES. Dirlan de Oliveira Machado Bravo Mestre em Educação pela UFES. E-mail < dirlanbravo@gmail.com>

ABSTRACT

This work aims to understand how the process of teaching learning of children with autism in early childhood education occurs. Autism is classified as one of the "Global Developmental Disorders (PDD)", is described as a spectrum, because the characteristics can vary from mild to severe, compromising the individual's normal development, affecting social interaction, communication and behavior, this difficulty makes children with autism, be quite limited in the whole process of teaching learning. The Brazilian legislation guarantees every child, the right to education and is expected to be enrolled and permanence in the regular network of education, there is a significant increase in students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in schools. Inclusion is a complex and time-consuming process, it is not enough that the school is organized only in its physical structure, it is necessary to make adaptations in the specific methodology, didactics, pedagogy, curriculum, and train and train teachers and support professionals in special education. We know that it has been a great challenge both for the education professional and for the autistic student in their schooling process, because the lack of knowledge of the syndrome and adequate methodologies for the teaching of this student has made the learning to be compromised. Thus, there is a large gap in the teaching process of the child's learning with autism in education due to the lack of knowledge of specific methods that the teacher could put into practice, mediating and supporting the learning of this autistic student. The family has been a fundamental part of this process, since the participation of the family members in the school life of the child contributes to the fact that the teaching of learning happens in an expressive way.

Keywords: Autism; Inclusion; Child education

INTRODUÇÃO

O autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ser definido como um distúrbio de desenvolvimento. É descrito como um espectro, pois as características podem variar do leve ao mais severo, compromete o desenvolvimento normal e se manifesta antes da idade de 03 anos afetando nos indivíduos a interação social a comunicação e o comportamento, essas dificuldades faz com que as crianças com o TEA, sejam bastante limitadas em todo o processo de ensino aprendizagem.

Em 1943, Leo Kanner, psiquiatra infantil nos EUA, usou o termo "autismo". São chamadas autistas as crianças que não conseguem estabelecer relações normais com outros e possuem atrasos na aquisição da linguagem e apresentam estereotípias gestuais, e se mantem imutável ao ambiente material em que estão inseridas.

Educar uma criança diagnosticada com autismo tem sido um grande desafio para todos os profissionais da educação, a falta de conhecimento sobre a síndrome faz com que surgem muitas dúvidas sobre qual a melhor forma de promover a educação para essas crianças e como poderá ser feito as devidas intervenções no seu processo educativo.

De acordo com a LDB/9.394/96 Art. 5º o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão ter acesso. E a criança autista é também um sujeito histórico e de direitos devem ter ao acesso a educação como qualquer outro cidadão.

Diante de todos os desafios é necessária a busca de conhecimento sobre o espectro do autismo, informações que possibilitem a escolarização do aluno com autismo e que lhes sejam ofertadas oportunidades para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de forma eficiente. É preciso que os profissionais da educação sejam capacitados com conhecimento sobre os aspectos do autismo para tornar possível a sua escolarização.

O objetivo dessa pesquisa é questionar quais as estratégias que o sistema de educação tem feito para a escolarização das crianças com autismo e de que forma a família tem tido participação nesse processo.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Compreender como se dá a aprendizagem da criança autista no mundo intelectual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Questionar quais as estratégias que o sistema educacional usa para a escolarização da criança autista na educação infantil.

Avaliar de que maneira a família de uma criança autista está cooperando para a sua integração social.

METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas, pois de acordo com Gil (2002, p.44), “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. A vantagem desse tipo de pesquisa é de colocar o pesquisador em contato com materiais já publicados permitindo um enriquecimento do tema da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Conforme os autores citados acima a pesquisa bibliográfica vai além de apenas descrever aquilo que já foi escrito, pois esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador analisar de forma mais criteriosa trabalhos já publicados, permitindo dessa forma um conhecimento científico maior com conclusões inéditas, levando ao pesquisador uma interpretação própria do tema e do objeto pesquisado.

Demo (2000), completa dizendo que a ideia da pesquisa é de induzir o contato pessoal do aluno com as teorias, por meio da leitura, levando à interpretação própria.

Nessa pesquisa foi usada como base bibliográfica revisões de narrativas de trabalhos já antes descritos, pois dessa forma houve uma maior possibilidade de acesso às experiências de autores que já pesquisaram sobre o tema “autismo”, pois segundo Silva et al., (2002), a revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros fizeram.

DESENVOLVIMENTO

BREVE CONCEITO SOBRE O AUTISMO

O Autismo foi descrito pela primeira vez pelo psiquiatra infantil Leo Kanner em 1943 nos EUA, é definido como síndrome, por possuir sintomas e características comportamentais específicas em sujeitos afetados por ela. O autismo é também denominado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), podendo variar do leve ao mais severo. Suas características principais são o isolamento social do sujeito, sua incapacidade de comunicação verbal, ou seja, atraso na fala e comportamentos estereotipados. Segundo Brito, (2015, p.82)

O autismo é uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento.

Diante disto, existe a necessidade de descobrir os desafios do ensino aprendizagem do Autista na educação infantil, tendo a carência de transmissão de conhecimentos e informações a respeito do autismo, para a interação social e comportamental na escola.

Devido à complexidade desta síndrome, conforme Cunha, (2013, p. 23).

Pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para o seu diagnóstico, inclusive com a mudança da nomenclatura para "Transtorno do Espectro Autista".

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante que todos têm direito a educação e a criança com autismo também possui os mesmos direitos que toda criança tem garantidos por lei. A escola é um lugar que proporciona às crianças a possibilidade de integração social, faz com que a criança tenha contato com outros sujeitos que não são do seu meio familiar contribuindo para o seu desenvolvimento social. Vasques; Baptista, (2003, p.9) diz:

[...] mais que um exercício de cidadania, ir á escola, para as crianças com psicose infantil e Autismo poderá ter valor constitutivo, onde, a partir da inserção escolar seja possível uma retomada e reordenação da estruturação psíquica do sujeito.

O desafio na educação requer em compreender como ocorrem às relações sociais, didáticas e metodológicas da criança autista a partir da educação infantil, analisando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural e a influência familiar. De acordo com Cunha, (2016, p.23).

O autismo tem que ter um olhar pedagógico e sabermos como lidar na escola e como abordá-lo, os sintomas variam muito de indivíduo para indivíduo. Em alguns quadros, há o acometimento de convulsões, já que o transtorno pode vir associado a diversos problemas neurológicos e neuroquímicos.

Após o aluno estar incluído na escola, cabe ao educador fazer a primeira identificação precoce na criança de algo que não está dentro da normalidade, uma conduta essencial para a intensificação à comunicação, interação social da criança no ambiente escolar e na sociedade.

O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social das crianças, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais. Será sempre pertinente o professor ou a professora observar atentamente seu aluno, quando este apresentar algumas das seguintes características comportamentais: retrai-se e isolar-se das outras pessoas; não manter o contato visual; desligar-se do ambiente externo; resistir ao contato físico; inadequação a metodologias de ensino; não demonstrar medo diante de perigos; não responder quando for chamado; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; ter dificuldades para simbolizar ou para compreender a linguagem simbólica; e ser excessivamente literal, com dificuldades para compreender sentimentos e aspectos subjetivos de uma conversa. (CUNHA, 2016, p. 24-25).

Estas características precisam ser avaliadas pelo educador para seu conhecimento, tornando-se essencial para entender que tipo de síndrome a criança está sofrendo, isso se ela não tem um laudo médico. Após identificar que tipo de síndrome a criança está acometida, caberá ao docente usar metodologias pedagógicas apropriadas para aquela criança, juntamente com o afeto, pois o afeto é uma ferramenta pedagógica essencial para o professor encontrar recursos necessários para trabalhar as dificuldades encontradas no seu aluno, que podem ser várias.

Não existe uma regra igual para todas as crianças, cada criança é única, existem caminhos e interesses que levam ao ensino aprendizagem. Alguns

educadores renomados e respeitados pesquisadores, afirmam que a aprendizagem mais valiosa para a criança vem por meio de brincadeiras. Para Lee:

O brincar é a principal atividade da criança na vida, através do brincar ela aprende as habilidades para sobreviver e descobre algum padrão do mundo confuso em que nasceu. (LEE, C. 1977, p.340)

As brincadeiras desenvolvem na criança, diversas habilidades e competências para seu desenvolvimento cognitivo, intelectual, inclusão social e o ajuda a prepará-lo para viver melhor em sociedade. Vygotsky e Luria (1996, p. 220) afirmam que:

O homem é uma criatura social, e as condições socioculturais o modificam profundamente, desenvolvendo toda uma série de novas formas e técnicas em seu comportamento [...].

A escola é sem dúvida o primeiro passo para a integração e a inclusão do aluno autista. Tudo começa com a sua integração na educação infantil, onde a criança autista começa a se desenvolver intelectualmente e afetivamente nos ambientes internos e externos, conhecendo uma nova realidade, proporcionada pelos alunos, docentes e toda equipe da instituição escolar. Kupfer (2007, p.36), ressalta que:

A criança moderna é uma criança indissoluvelmente ligada ao escolar, que lhe atribui o lugar social, a inserção social, é o que a constitui, o que lhe dá identidade [...]. A história sublinha então uma dimensão da infância que é dada pelo campo social, que a enquadra, lhe dá significação e interpretação. O campo social também define um tempo para essa infância, que é justamente a escolarização obrigatória.

Desde o nascimento da criança, sabe-se que todo o desenvolvimento e a aprendizagem são processos naturais de cada indivíduo, mas a aprendizagem escolar é diferente da aprendizagem espontânea, pois a escola é que produz algo novo e diferente no processo de desenvolvimento da criança.

Um ensino para todos os alunos na perspectiva inclusiva há que se distinguir pela qualidade, o desafio de fazê-lo acontecer é uma tarefa que deverá ser para todos os que compõem o sistema de educação.

É necessário considerar que o curso de desenvolvimento desse sujeito passa pela colaboração, pela ajuda social de outra pessoa, que inicialmente é a sua razão, sua vontade, sua atividade. Essa tese

coincide plenamente com o curso normal do desenvolvimento da criança. (ANACHE, 2008, p.52)

Para que haja uma qualidade no ensino é necessário iniciativas que todos os envolvidos como gestores, pedagogos, professores, coordenadores, pais, alunos e demais profissionais da área busquem e lutem pelo mesmo ideal, que é a melhoria do ensino aprendizagem em todas as escolas, segundo as suas necessidades.

Cada escola é única, com seus problemas sociais, sua realidade, vivências, assim como seus alunos que são únicos, reconhecendo e valorizando suas diferenças. As mudanças necessárias para melhor atender uma instituição escolar e todos os que nela pertencem, não acontece por acaso e nem por decreto, mas fazem parte da vontade política do coletivo da instituição escolar, que estão explícitos no seu Projeto Político Pedagógico, que deverão ser vividas pela sua direção, seu gestor democrático e todo corpo docente.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA É UM DIREITO GARANTIDO POR LEIS

A Constituição Federal de 1988 define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento das pessoas, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No artigo 206 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (art.208)

Lei nº 7.853 de 24 de Outubro de 1989: dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência valorizando a diversidade e fortalece a aceitação das diferenças.

Em 1994 – Política Nacional de Educação Especial.

A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394/96 – Cap. V. Artigo 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a

modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Artigo 59 – Entende que os sistemas de ensino deverão assegurar os recursos necessários para aprendizado escolar e consequente inclusão, o que requer currículos, métodos e técnicas adequadas, recursos e organização; professores especializados e capacitados para a inserção do estudante na vida em sociedade, inclusive dando-lhe condições, sempre que possível, à capacitação para o trabalho.

Para atender melhor a criança com alguma dificuldade de aprendizado, dito “necessidades especiais”, foi criada uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acesso, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”. (SEESP/MEC, 2008).

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua liberdade na escola e fora dela, sendo constituída de oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncional.

No Decreto nº 6.571/2008 conforme a Política Nacional de Educação Especial e na Perspectiva da Educação Inclusiva, são atendidos os alunos nas salas de recursos multifuncionais, alunos público-alvo da educação especial:

- Alunos com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (ONU, 2006).

- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: Aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (MEC/SEESP, 2008)

A inclusão do aluno autista na busca de uma qualidade de ensino favorece suas chances de um mercado de trabalho e lazer, valorizando sua individualidade, com objetivo de tornar iguais os acessos e oportunidades.

A Lei nº 12.764 de 27 de Dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o parágrafo 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990.

Para Vasques (2011, p.8), essas leis representam “[...] um nascimento simbólico para estas crianças e adolescentes no campo da legislação educacional”. Temos visto que a matrícula de crianças com autismo nas escolas tem aumentado, é necessário saber e conhecer como essas crianças desenvolvem o aprendizado, e como os profissionais da educação podem colaborar desde a sua formação inicial para que o desenvolvimento e a escolarização destas crianças aconteçam.

Portanto, a possibilidade de inventar o cotidiano (CERTEAU, 1994) tem sido a saída adotada pelos que colocam sua capacidade criadora para inovar, romper velhos acordos, resistências e lugares eternizados na educação.

É o forte compromisso de melhorar a qualidade da educação no Brasil, que são as mudanças propostas pela política da Educação especial. Segundo Santos, Mantoan e Figueiredo (2009, p. 22):

O primeiro passo para se planejar o atendimento não é saber as causas, diagnósticos, prognóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem à pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças.

Concordamos com Chiote (2015, p.21) quando diz,

Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, construindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele. Com toda sua singularidade.

A responsabilidade da escola e o compromisso com a inclusão curricular do ambiente cultural é da família e da comunidade, essa união garantirá sempre o verdadeiro papel na função social da escola. É necessário que haja profissionais capacitados atuando no meio educacional que buscam em sua

formação um olhar diferenciado, que venham enxergar essas crianças como um sujeito que faz história e que está em constante desenvolvimento independente de suas deficiências.

O PAPEL DO PROFESSOR E DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Cunha, (2012, p. 118) pergunta:

Como o professor poderá conduzir o processo de aprendizagem? A sua fala precisa ser serena, explícita e sem pressa. A voz é o convite do docente, é a identificação do objeto, é o exercício de comunicação oral. Ele está propondo, nomeando e dando sentido ao trabalho em sala. Por isso, deve ser objetiva e funcional.

Nem sempre o aluno saberá o que fazer se o professor usar a palavra “Não”. O melhor será dar-lhe um objetivo, dizer-lhe o que poderá fazer; dar-lhe alternativas de escolha. Não há alunos iguais com autismo, o que funciona para um poderá não funcionar para outro.

O professor ao conduzir a aprendizagem do aluno precisa ser delicado, observador, paciente, mediador, sensível, direto, ciente que nos primeiros momentos não serão fáceis esta comunicação e que o aluno poderá não aceitar alguma restrição dada pelo docente. Então, o professor tem que está preparado para usar novas práticas pedagógicas e estratégias, mostrando para ele maneiras necessárias de resolver problemas, sem que o mesmo tenha reações intempestivas ao conduzir o trabalho.

Nenhuma criança é uma esponja passiva que absorve o que lhe é apresentado. Ao contrário, modelam ativamente seu próprio ambiente e se tornam agentes de seu processo de crescimento e das forças ambientais que elas mesmas ajudam a forma. Em síntese, o ambiente e a educação fluem do mundo externo para a criança e da própria criança para o seu mundo. (ANTUNES, 1998, p.17)

Cunha, (2012, p.30) ressalva “Haverá conquistas e erros, muitas vezes mais erros do que conquistas, mas o trabalho jamais será em vão”. O trabalho do professor, da equipe pedagógica e da família, sempre será de muitas lutas, e opiniões diversas, mas sempre haverá progresso de todas as maneiras consideradas importantes quando se percebe a evolução intelectual do aluno.

Quanto às famílias, geralmente as escolas e a família de alunos com autismo trabalham juntas para que haja sucesso no desenvolvimento do aluno. Dentro

desse processo de ensino aprendizagem do aluno autista é necessário que haja uma integração da família com a escola.

A parceria da família é essencial para que o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo da criança venham acontecer da forma esperada. A escola sozinha não consegue fazer com que o desenvolvimento da criança aconteça, por esse motivo há uma necessidade de consolidar esta parceria com a família no processo de escolarização da criança com autismo.

Relato de uma estudante do curso de Pedagogia no 8º período, a respeito de duas crianças autistas na Educação Infantil em dois CMEIS (Centro Municipal de Educação Infantil) da Grande Vitória – ES.

O interesse pela questão do ensino-aprendizagem da criança autista na educação infantil surgiu em 2016 quando nas experiências vivenciadas na prática como estagiária com duas crianças com características do Espectro Autista em dois CMEI's, um na cidade de Cariacica-ES e um na capital Vitória-ES, fez com que surgissem muitas dúvidas a respeito da inclusão desses alunos dentro da escola regular.

O contato direto com uma criança com características de autismo deu-se no meu primeiro dia de estágio, meu conhecimento sobre autismo era somente do senso comum de uma criança que possuía um mundo só seu e que apresentava algumas estereotípias.

Ao chegar à escola como estagiária, com função de cuidadora de uma criança autista em uma turma de quatro anos de idade, não houve nenhum treinamento dado por parte da escola e nem da SEME, (Secretaria Municipal de Educação), simplesmente as ordens eram de que deveria cuidar da higienização e do bem estar da criança no horário escolar.

No município de Vitória, também atuando como estagiária em uma sala de aula, com crianças de três anos de idade, havia nessa turma uma criança também diagnosticada com o Espectro Autista. Para essa criança existia uma auxiliar de educação especial que era a cuidadora e fazia a higienização da mesma, durante o horário escolar.

Nos CMEI `s de Cariacica e Vitória ES, ambas as crianças diagnosticadas com Espectro Autista, eram meninas, sendo que uma tinha quatro anos de idade e a outra, três anos de idade.

Durante o período em que estivera como estagiária nas duas escolas fora observado que o aluno que possui algum tipo de deficiência ou transtorno é matriculado e colocado na sala regular com os outros alunos e dentro da sala de aula, esse aluno é acompanhado o tempo todo pela sua cuidadora ou estagiária.

Foi observado que existem lacunas referentes à inclusão, porque o aluno está dentro da sala integrado, mas não incluso, e sabemos que a inclusão é o discente incluído no ensino-aprendizagem juntamente com todos os outros alunos “ditos normais” e participando.

Em uma das escolas a aluna com necessidades educacional especial, estava dentro da sala de aula, mas nunca estivera incluída, inserida de verdade, não participava de nenhuma atividade pedagógica. Os outros alunos possuía caderno de atividades, exceto ela, nesta sala havia vinte alunos, as cópias de atividades que eram aplicadas pela regente para os alunos, eram tiradas somente 19 cópias.

E quando a professora regente da sala de aula era questionada, porque ela também não entregava uma cópia para a aluna com necessidades especiais, ela dizia simplesmente, que a mesma não tinha capacidade de executar o trabalho que estava sendo direcionado para a classe, e que o professor de educação especial poderia aplicar as atividades em dias específicos, isso acontecia também nas aulas dos professores dinamizadores (Educação Física e Arte) que agiam da mesma forma.

O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que de conta da diversidade das crianças e ofereça respostas, adequadas as suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. (BRASIL, 1998, p.36).

Portanto, durante todo o período de estágio acompanhando a aluna, não fora desenvolvido nenhum trabalho pedagógico com a mesma, nem pela professora

de Educação Especial que alegava não poder aplicar nenhuma atividade diferenciada, pois teria que seguir o plano de ensino da professora regente. E por esses motivos a aluna, estava na escola sem fazer nenhuma atividade pedagógica, ficando somente aos cuidados do profissional cuidador.

Conseguir atingir a meta da equidade educativa para todas as crianças, incluindo as que têm necessidades especiais, exige a mudança de um sistema fixo para um sistema flexível, capaz de garantir a equidade na “oportunidade de aprender” para todos os alunos [...]. Os alunos com necessidades especiais, tal como os outros alunos, necessitam simplesmente de um ensino “bom” ou claramente eficaz, de modo a que se consiga que atinjam maior sucesso. (WANG, 1997, p. 54-55).

As duas crianças que foram observadas são de realidades sociais diferentes, uma possui família com boa situação financeira, a mãe tem formação superior e atua como pedagoga em uma escola da rede municipal de Serra- ES. Essa família proporciona a criança, todo o cuidado com a alimentação e as restrições alimentares que a criança possui, seguindo rigorosamente uma dieta para autistas, além de oferecer acompanhamento em clínica especializada para crianças com transtornos de desenvolvimento.

A outra criança vive juntamente com uma família de condições financeiras carentes, é atendida também pela APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais), percebe-se que o desenvolvimento dela é bem comprometido, pois a mesma necessita de auxílio na hora da alimentação, ainda usa fralda necessitando de um cuidado maior na sua higienização. Nota-se que essa criança não é estimulada em casa pela família, tendo estímulo de aprendizagem somente na escola, e com a idade de quatro anos não consegue se comunicar verbalmente.

De acordo com a Lei nº 12.764 de Dezembro de 2012, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garante que a criança diagnosticada com o Espectro Autismo e estando incluída na escola regular necessita de atendimento especializado, trabalho esse que é feito pelo professor de educação especial em parceria com o regente de classe, a participação da família é muito importante para o desenvolvimento da criança, o diálogo entre o professor com os pais é fundamental para que se conheça a rotina desse aluno e de como o professor

poderá desenvolver de forma eficiente o trabalho diferenciado para que esse aluno seja devidamente incluído na escola e não somente integrado.

CONSIDERAÇÕES

Diante dos estudos realizados se faz necessário, questionar as estratégias que o sistema de educação tem feito para incluir na realidade a criança denominada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sociedade, por meio da educação e da família.

Pode-se destacar que a pesquisa realizada por meio deste artigo, tem o objetivo de explanar e buscar melhorias na realidade educacional da criança na educação infantil, na sua aprendizagem, como onde a mesma está inserida.

Apesar de a criança autista apresentar algumas dificuldades, leves, médias ou severas, para seu desenvolvimento cognitivo, comportamental, social, ao tentar interagir com a sociedade em geral, principalmente em sala de aula com crianças “ditas normais” é, preciso incluí-las dentro do contexto geral da escola respeitando as suas especificidades para que a mesma possa aprender e participar, estando incluída e não somente integrada.

De acordo com as pesquisas a criança autista não está incluída e sim integrada, pois falta a escola de um modo geral, professores, pedagogos, gestores, coordenadores, funcionários, abraçarem a causa da criança autista, assim como toda criança com alguma especificidade, dando-lhe oportunidades como um sujeito de direitos. Visto que a Constituição garante educação para todos.

Cabe à sociedade buscar junto às autoridades políticas públicas que garantam a inclusão educacional para que todos possam ter direito a um ensino de qualidade e pensarmos como a escola deverá dar início nesse processo de inclusão do aluno com necessidades especiais, para que o mesmo e a sua família, sintam-se incluído e não sendo posto de lado como um ser diferente e que atrapalha. Ele necessita manifestar um processo de não regressão à escola, mas que queira permanecer na mesma.

Para que isto aconteça é preciso da participação de todos e a valorização das diferenças, respeitando a criança “dita especial”, através de uma pedagogia diferenciada, métodos que valorize o aluno e que o faça sentir-se pleno no seu ofício de discente.

É possível que o autista aprenda e se torne uma pessoa que consegue conviver com outras pessoas em sociedade. Cada pessoa é única, os autistas não são iguais, cada caso é um caso a ser estudado.

Apesar de alguns empecilhos, para obter um bom relacionamento social e evoluir em sociedade como qualquer pessoa normal, é preciso que ele descubra as suas capacidades de produção, de eficácia em algo a ser realizado e que lhe dê prazer.

Ele precisa ter a chance na escola de ser visto pelo educador como um discente que necessita e quer aprender, e para fazer parte daquela sala de aula.

Ao educador, é necessário que o mesmo fique atento quanto ao aluno com alguma anormalidade que em muitos casos vão para a escola sem laudo médico e é o professor com seu olhar sensível e diferenciado, que vai observar algo diferente àquela determinada criança, haja vista que muitas famílias não conseguem enxergar o problema, muitas não querem ver o óbvio, não querendo aceitar esta ou outra anomalia em seu filho, tendo medo de uma descoberta de uma doença grave que vai trazer angústia e apreensão diante do diagnóstico.

Sendo identificada alguma anomalia na criança, seu diagnóstico tem que ser logo e preciso para que o mesmo seja aceito e compreendido pelos seus amigos, familiares e grupos sociais em que ele participa.

Foi observado também por meio dessa pesquisa que a grande maioria dos professores não estão preparados e não sabem o que é o autismo e como lidar com o aluno com este transtorno. Existe um despreparo geral dos educadores ao receber crianças com necessidades especiais e como adaptá-las ao contexto escolar.

Cabem aos educadores por meio de capacitação continuada, pesquisas, consultas, rotinas, etc., aprender a lidar com esta especialidade e muitas outras que vão surgindo.

A família é uma peça fundamental no tratamento da criança autista, em geral segundo a pesquisa, ela está participando da convivência e contribuindo juntamente com a escola num processo de melhoria para a criança, mas ainda é muito pouco, segundo a escola, é necessário à presença com mais participação e eficácia da família nesta contribuição.

A família matricula a criança na escola regular, conforme exigência da lei, e a mesma leva a criança para sala de recursos multifuncionais, que pode ser na mesma escola regular, em contra turno, ou em outra escola especializada.

Diante da pesquisa, foi detectado que às famílias com poder aquisitivo melhores, cuidam com mais afinco de seus filhos com alimentação mais saudáveis, com nutricionistas, médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, transporte, lazer, juntamente com a participação da escola.

Em suma, é muito importante sabermos como são as características do autismo, ele continua sendo um fator surpreendente apesar de tudo evidenciado, mas ainda incompreensível para a grande maioria da sociedade. É necessário buscar informações dia após dia, para que todos nós, como sociedade, acolhe este indivíduo com carinho, afeto, respeito, dignidade, entendendo as dificuldades como aluno e cidadão e que muitas vezes é necessário à intervenção de profissionais capacitados da área externa para auxiliar melhor este atendimento.

Na teoria, a escola é entendida como tendo o papel principal de educador para a vida social, em resumo, é muito importante que a mesma desenvolva, execute, realize competências pedagógicas de aprendizagens para os indivíduos independentes de suas limitações ou especialidades, possibilitando então um melhor acolhimento e compreensão para com todos os alunos com algum transtorno, em especial o que está em questão: o autista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANACHE, A. A. **As contribuições da abordagem histórico-cultural para a pesquisa sobre os processos de aprendizagem da pessoa com deficiência mental.** In BAPTISTA, C.R.; CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M. (Org.). *Educação especial: diálogo e pluralidade*. Porto alegre: Mediação, 2008. P.47-57.

ANTUNES. C. **Jogos para estimulação das múltiplas inteligências.** 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL – **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96):** promulgada em 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989: dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.

BRASIL. Lei nº 12.764/12 **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;** e altera o parágrafo 3º do art.98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão:** revista da educação especial, v.4. n.1, janeiro/junho 2008-Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,** Brasília: MEC, 1998.

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop - Mato Grosso,** Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82-91, jun./jul. 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica – 2 ed.** RJ: ed. Wak, 2015.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas.** 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DEMO, P. Pesquisa: **Princípios científicos e educativos.** 7. ed. São Paulo: Cortez 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

KUPFER, M. C. M. **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. São Paulo: Escuta, 2007.

LABOYER, M. **Autismo Infantil**. 2. ed.[s.l.]: Papyrus; 1995.

LEE, C. **The Growth and Development of Children**. Londres: Longman, 1977.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/d6571.htm (acessado em 12/10/2017)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, 2006.

ROPOLI, A. E. et al. **A Educação Especial na Perspectiva na Inclusão Escolar / A Escola Comum Inclusiva**. <https://umapsicologa.wordpress.com/.../educacao-especial-na-perspectiva-de-inclusao->. Acessado em 09 de outubro de 2017.

SANTOS, M. C. D; MANTOAN, M. T. E; FIGUEIREDO, V. F. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. São Paulo: MEC/SEESP, 2009.

SILVA, Denise Guerreiro Vieira da; TRENTINI, Mercedes. Narrativas como técnica de pesquisa em enfermagem. **Rev. Latino-Am. de Enferm.** Maio/Jun.2002; 10(3).

VASQUES, C.K; BAPTISTA, C.R. **Transtornos Globais do Desenvolvimento e Educação: um discurso sobre possibilidades**. In. Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2, 2003, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/343-of4-st2.htm>. Acessado em 10 de outubro de 2017

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

WANG, M. Atendendo alunos com necessidades especiais: equidade e acesso. In: AINSCOW, M.; PORTES, G.; WANG, M. **Caminhos para as escolas inclusivas**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.